

EMPRESAS MAIS ENDIVIDADAS

Adriana Chiarini
Da equipe do Correio

Para várias empresas e bancos brasileiros, a queda de 21% no valor do real nos últimos dias correspondeu a levar uma rasteira do governo. A Globo, a Light, a Aracruz Celulose, a Bombril, a Brahma e a Vale do Rio Doce, entre outras, endividaram-se em dólar porque acreditaram no discurso governamental de que a desvalorização não aconteceria. O endividamento das empresas e dos bancos no exterior foi estimulado durante todo o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso como parte da filosofia do Plano Real.

De acordo com o modelo adotado até a última semana, os empréstimos internacionais ao setor privado eram necessários para o Plano por constituírem uma forma de o país ter entrada de dólares. Os recursos desse tipo, somados à chegada de investimentos estrangeiros, mais que cobriam (ou, em "economês", financiavam) o que o Brasil gastava além do que ganhava em suas relações comerciais e de serviços com o exterior. "O importante é que o déficit está financiado", respondia o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, quando os críticos diziam que a economia brasileira teria problemas pelas importações estarem muito maiores que as exportações.

Várias vezes, quando os problemas com as contas externas se acentuavam, e as críticas crescam, o governo tinha como parte da solução fazer lançamento de títulos no exterior. Em abril de 1997, por exemplo, as reservas internacionais caíram US\$ 2,8 bilhões em re-

lação ao mês anterior. A principal providência do governo então foi lançar, em 21 de maio de 1997, US\$ 3 bilhões em papéis com prazo de vencimento de 30 anos. "O lançamento dos novos bônus da República vai abrir caminho para que empresas privadas obtenham empréstimo com mais facilidade e para aumentar as reservas brasileiras", disse Gustavo Franco na ocasião, ainda como diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central.

CAPTAÇÃO

A emissão de títulos do governo brasileiro com o objetivo de estimular empresas e bancos a fazerem o mesmo foi adotada desde 1995, na esteira da crise do México. Foi uma maneira de sinalizar ao mundo que as empresas e bancos brasileiros não corriam o mesmo risco de várias empresas mexicanas, que quebraram com a desvalorização do peso em 1994 e início de 1995. Inicialmente foram feitos lançamentos no Japão e na Alemanha. Depois, eles se estenderam por vários outros países em três continentes: Ásia, Europa e América. Com os lançamentos de bônus da República do Brasil, o governo facilitava as condições de juros e prazo para as empresas brasileiras no exterior.

Enquanto isso, os juros no Brasil ficavam entre os mais altos do mundo durante todo o primeiro mandato de FHC. O fenômeno de um grande e repentino aumento das taxas devido a uma crise internacional, com queda lenta e gradual, interrompida por outra alta brusca, se repetiu e tomou todo o primeiro mandato. A primeira vez foi em março de 1995, com a im-



plantação da política de bandas cambiais em reação à crise do México. Depois foi em outubro de 1997, com a crise de Hong Kong e por fim, em setembro do ano passado, depois da moratória da Rússia. Em 1996, ano sem nenhuma das grandes crises do capitalismo globalizado, o governo também deixou os juros relativamente altos com quedas graduais para evitar um grande crescimento do consumo.

Mas na última semana, as empresas que acreditaram no real viram suas dívidas externas aumen-

tar em 21%. A proporção corresponde a um crescimento de R\$ 35,8 bilhões sobre o total de dívidas do setor privado com o exterior, de acordo com o diretor da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais (Sobeet), Octávio de Barros. Essas dívidas privadas somam US\$ 140 bilhões e passaram de R\$ 169,4 bilhões para R\$ 205,2 bilhões, segundo a Sobeet.

O aumento da dívida ocorre em um momento de recessão, que desaconselha o aumento de preços e dificulta o crescimento de suas receitas. Isso significa certeza de

mais gastos e pouca possibilidade de ter mais dinheiro para pagar. As empresas levaram a sério as inúmeras promessas do alto escalão do governo de que a moeda não seria desvalorizada.

A última delas feita na quinta-feira à tarde por nota oficial do presidente interino do Banco Central, Francisco Lopes, negando que seria adotado o sistema de câmbio livre, que entrou em vigor menos de 24 horas depois. "São absolutamente improcedentes e inverídicas as especulações do mercado", dizia Lopes na nota.